

# COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**(Audiência Pública)**  
**REQUERIMENTO N.º            de 2007.**  
**(Do Sr. Pedro Eugênio)**

Solicita sejam convidados a comparecerem a esta Comissão para reunião de audiência pública representantes do Ministério das Cidades, o Presidente da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Desenvolvimento – CONDEP/FIDEM, o Prefeito de Recife, o Presidente do Fórum de Reforma Urbana.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requiro a V.Ex.<sup>a</sup>, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, representantes do Ministério das Cidades, o Presidente da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Desenvolvimento – CONDEP/FIDEM, Sr. Luiz Quental Coutinho, o Sr. João Paulo Lima e Silva, Prefeito de Recife, o Sr. Adelmo Barbosa de Araújo, Presidente do Fórum de Reforma Urbana, para apresentação e discussão do Programa Viva o Morro.

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de um programa integrado de ações no âmbito da Região Metropolitana do Recife, destinado a promover a estruturação urbana dos morros, objetivando a melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade de vida da população dessas áreas. Estas características o recomendam, fortemente, a integrar-se no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

O Programa implementado em áreas de risco do Recife e Região Metropolitana recebeu emendas de Bancada ao Orçamento Geral da União de 2001 a 2007. Porém, desses recursos previstos, somente os referentes aos exercícios de 2001 e 2003 foram conveniados, viabilizando a execução de 1.105 obras de estabilização de encostas nos morros da RMR, beneficiando 86 mil famílias, concorrendo para redução das

ocorrências de desastres com perdas ambientais e minimizando os registros de mortes nos períodos de chuvas.

Com recursos próprios a Prefeitura da Cidade do Recife manteve o Programa no âmbito da capital. Mas, a liberação de recursos federais garantiriam a ampliação desta ação e a sua efetivação nos demais municípios cujas receitas não são suficientes para a execução, com recursos próprios, de investimentos expressivos nas obras de risco.

Sala das Sessões, em            de            de 2007.

Deputado Pedro Eugênio  
PT-PE